



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Av. Padre João, 407, Térreo – Centro – CEP: 35780-000

Telefone: (31) 98735-9142 ou (31) 99073-0361 E-mail: [compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br](mailto:compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br)

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Rito: Lei federal 14.133/2021**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 03/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 03/2026

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Cordisburgo/MG

CNPJ: 21.607.114/0001-74

ENDEREÇO: Av. Padre João n° 407 - Centro - Cordisburgo/MG

TELEFONE: (31) 98735-9142

E-MAIL: [compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br](mailto:compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br)

### 1. OBJETO

**1.1.** Torna-se público que a Câmara Municipal de Cordisburgo/MG realizará a Contratação Direta por Dispensa de Licitação, pelo critério de menor preço global, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis, de empresa para fornecimento parcelado de produtos do gênero alimentício (mini salgados e refrigerantes), para consumo dos agentes políticos, servidores e munícipes participantes das reuniões ordinárias, extraordinárias e/ou audiências públicas promovidas por esta casa legislativa, pelo período de 12 meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANT. (unidade)
1.	Croquete de carne bovina – padrão coquetel, 25 gramas	450
2.	Kibe frito ou assado de carne bovina recheado com queijo – padrão coquetel, 25 gramas	450
3.	Bolinha frita de presunto e muçarela – padrão coquetel, 25 gramas	450
4.	Empadinha assada de frango com catupiry – padrão coquetel, 25 gramas	450
5.	Coxinha frita de frango com catupiry – padrão coquetel, 25 gramas	450
6.	Croissant assado de frango – padrão coquetel, 25 gramas	450
7.	Empada assada de calabresa – padrão coquetel, 25 gramas	450
8.	Risole frito de creme de milho – padrão coquetel, 25 gramas	450
9.	Pão de queijo assado com recheio – padrão coquetel, 25 gramas	450
10.	Bolinha de queijo com presunto – padrão coquetel, 25 gramas	450
11.	Enroladinho de salsicha – padrão coquetel, 25 gramas	450
12.	Bifinho empanado de carne moída bovina – padrão coquetel, 25 gramas	450
13.	Refrigerante 2litros – Sabor Cola, prazo de validade de no mínimo 02 meses da data de entrega. Marca de referência: Coca-Cola	12
14.	Refrigerante 2litros – Sabor Guaraná, prazo de validade de no mínimo 02 meses da data de entrega. Marca de referência: Guaraná.	12
15.	Refrigerante 2litros – Sabor Limão, prazo de validade de no mínimo 02 meses da data de entrega. Marca de referência: Sprite.	12



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Av. Padre João, 407, Térreo – Centro – CEP: 35780-000

Telefone: (31) 98735-9142 ou (31) 99073-0361 E-mail: [compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br](mailto:compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br)

16.	Refrigerante 2litros – Sabor Laranja, prazo de validade de no mínimo 02 meses da data de entrega. Marca de referência: Fanta.	12
17.	Refrigerante 2litros – Sabor Uva, prazo de validade de no mínimo 02 meses da data de entrega. Marca de referência: Fanta.	12
18.	Refrigerante 2litros – Sabor variado, ZERO AÇÚCAR prazo de validade de no mínimo 02 meses da data de entrega. Marca de referência: Coca-Cola, Guaraná.	12

**1.2.** Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. No entanto, no presente caso, a aplicação do princípio do parcelamento não se mostra viável. A contratação de um único prestador é recomendável e suficiente para suprir a moderada demanda desta Casa Legislativa. Ainda nesse raciocínio, a contratação de mais de um prestador poderia gerar um fluxo caótico e desordenado das etapas que compreendem o serviço, demandando um oneroso custo de gestão de contrato e tempo, tornando-se prejudicial ao bom funcionamento das atividades contratadas e das atividades diárias do Setor de Compras tendo em vista o sucinto quadro de funcionários desta Casa Legislativa.

## **2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

**2.1.** A contratação para fornecimento parcelado dos gêneros alimentícios visa atender à demanda recorrente de alimentação durante as reuniões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas promovidas por esta Casa Legislativa. Tais eventos contam com a participação de agentes políticos, servidores e, eventualmente, de munícipes, incluindo vereadores que se deslocam da zona rural até a sede do Município.

A disponibilização de mini salgados e refrigerantes contribui para a adequada condução dos trabalhos legislativos e administrativos, proporcionando maior conforto aos participantes e evitando interrupções ou deslocamentos externos para alimentação durante ou após as sessões. A medida mostra-se compatível com o interesse público, ao favorecer a permanência dos participantes no ambiente institucional e assegurar melhores condições para o desempenho das atividades parlamentares.

## **3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **3.1. Obrigações da Contratada:**

**3.1.1.** Fornecer para a compradora um canal de comunicação eficiente, onde, preferencialmente, possa ocorrer a comunicação por escrito, a fim de que a compradora possa realizar o envio da ordem de serviço com a quantidade de salgados, o dia e a hora em que deverá ser procedida a entrega. O canal também servirá para outros tipos de contato, como a comunicação ao fornecedor de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades.

**3.1.2.** Fornecer salgados quentes, preparados no dia da entrega, acondicionados em embalagem de papelão, do tipo caixa de pizza.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Av. Padre João, 407, Térreo – Centro – CEP: 35780-000

Telefone: (31) 98735-9142 ou (31) 99073-0361 E-mail: [compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br](mailto:compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br)

**3.1.3.** Entregar os salgados de forma PARCELADA. Fica a cargo da Câmara Municipal o envio da ordem de serviço com as devidas quantidades e demais requisitos para entrega.

**3.1.4.** Proceder a entrega dos salgados no endereço da Câmara Municipal, disponibilizado no início deste Termo de Referência, sem custos adicionais aos valores orçados.

**3.1.5.** Não alterar, durante os 12 meses de contrato, o tipo, o valor, o tamanho ou os ingredientes dos salgados. Após o período inicial de 12 meses, poderá ser realizado o reajuste, no caso de interesse de renovação contratual.

**3.1.6.** Emitir nota fiscal com o valor correspondente aos salgados entregues no mês de emissão do documento, de acordo com os valores passados no orçamento.

## **3.2. Obrigações da Contratante:**

**3.2.1.** Repassar ao fornecedor, com um prazo mínimo de 03 dias, através de canal de comunicação previamente estabelecido, a quantidade de salgados, o dia e a hora em que deverá ser procedida a entrega. O prazo para a execução da entrega conta a partir da data de envio da ordem de serviço.

**6.2.2.** Comunicar à contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido. Nos casos em que a contratada não proceder com alterações necessárias, poderá o contrato ser descontinuado sem ônus para a contratante.

**6.2.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidores especialmente designado.

**6.2.4.** Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto ao fim de cada mês no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência.

## **4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** A prestação dos serviços ocorrerá pelo período de 12 meses, contados a partir da data fixada na Carta Contrato, podendo haver, na forma da lei, e caso seja do interesse de ambas as partes, a renovação do contratual.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** A CONTRATADA apresentar todos os documentos exigidos pela contratante, sendo eles:

**a-** CNPJ legalmente ativo e vinculado às atividades prestadas;

**b-** Certidão negativa de débitos tributários;

**c-** Certidão de regularidade do empregador;

**d-** Certidão negativa de débitos trabalhistas.

## **6. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E EVENTOS FORTUITOS**

**6.1.** Os serviços deverão ser de primeira qualidade, em atendimento às especificações discriminadas neste Termo de Referência e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Sendo comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação do serviço, a contratada será cientificada para efetuar a correção, podendo ser aplicadas as penalidades cabíveis em caso de critérios insanáveis.

**6.2.** Entende-se por serviço inadequado, aquele que se apresentar:

- De inferior qualidade, fora das especificações técnicas exigidas.

- Diferente da proposta apresentada na fase de pesquisa de preços.

**6.3.** Diante de eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos neste termo de



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Av. Padre João, 407, Térreo – Centro – CEP: 35780-000

Telefone: (31) 98735-9142 ou (31) 99073-0361 E-mail: [compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br](mailto:compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br)

referência, o qual somente será justificável quando decorrer de caso fortuito ou de força maior, conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**8.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**9.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** A responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual será da servidora Jéssica Brígido Ribeiro.

**9.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**9.4.** O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.5.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.6.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**9.7.** Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

## **10. VALOR ESTIMADO**

**10.1.** O valor estimado da contratação anual é de R\$7.885,05 (sete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos) valores estes que servirão de base para estimativa global da contratação, conforme média obtida na pesquisa de preços anexada ao processo de contratação.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Av. Padre João, 407, Térreo – Centro – CEP: 35780-000

Telefone: (31) 98735-9142 ou (31) 99073-0361 E-mail: [compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br](mailto:compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br)

## **11. PAGAMENTO**

**11.1.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**11.2.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

- a) Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

**11.3.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.4.** Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**11.5.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

**11.6.** O pagamento será efetuado ao fim de cada mês, mediante apresentação da Nota Fiscal contemplando todos os itens efetivamente solicitados e entregues durante o mês de referência.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Av. Padre João, 407, Térreo – Centro – CEP: 35780-000

Telefone: (31) 98735-9142 ou (31) 99073-0361 E-mail: [compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br](mailto:compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br)

**12.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**12.3.** As sanções previstas nas alíneas, ‘a’, ‘e’ e ‘f’ poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**12.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**12.5.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

**12.6.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO**

**13.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.

## **14. DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes da contratação estarão na dotação:

01.031.0003.2005

○ 3390.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Av. Padre João, 407, Térreo – Centro – CEP: 35780-000

Telefone: (31) 98735-9142 ou (31) 99073-0361 E-mail: [compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br](mailto:compras@cordisburgo.cam.mg.gov.br)

## **15. BASE LEGAL DA CONTRATAÇÃO**

**15.1.** A contratação será realizada por dispensa de licitação, com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Cordisburgo/MG, 21 de janeiro de 2026.

---

Jéssica Brígido Ribeiro  
Agente de Contratações

Aprovado em: 21 de janeiro de 2026.

---

Lucas Dias Martins  
Presidente da Câmara